

AUTENTICIDADE E ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA EM CHARLES TAYLOR

Rogério Foschiera*

Resumo:

A intuição de fundo que está na base da prospectiva antropológica tayloriana é que o homem é um ser ao qual o mundo se apresenta já carregado de significado, de diferentes qualidades intrínsecas diante das quais é chamado a articular um profundo senso moral. O alvo de Taylor é a ontologia moral, ou o pano de fundo que articula as intuições morais e espirituais modernas. Ele constata que os fundamentos morais, quer sejam teístas ou seculares, tendem a manter-se inexplorados. Propor à pessoa humana questões éticas, em termos taylorianos, é dar-lhe a chance de ser autenticamente humano. Uma das teses antropológicas principais de Taylor é a de que o homem é um “avaliador forte”. A partir de Taylor, a prática educativa deve colocar questões relacionadas com o Bem e com as Fontes Morais.

Palavras-chave: Taylor. Antropologia. Autenticidade.

1 INTRODUÇÃO

A busca pelo sentido da autenticidade em Taylor passa necessariamente por sua concepção antropológica e ontológica. Isto é, como o autor define o ser humano e como considera nisso a ontologia e a moral. Taylor apresenta uma antropologia ancorada na moral e na ontologia. Desde sempre o humano é moral e desde sempre o humano é humano. Por isso Taylor não pode concordar com as perspectivas antropológicas que colocam o ser humano numa posição meramente material ou positivista, nem com os modelos behavioristas ou empiristas de tratar do humano e nem com as perspectivas morais calcadas no dever ou no útil.

A perspectiva da autenticidade supõe uma visão integral de ser humano, uma *paidéia* (formação), um olhar que considere os elementos objetivos constitutivos do ser humano e que precisam da ciência objetiva para serem tratados, mas inseridos numa visão mais ampla e que resguarde o fenômeno humano e social numa linguagem rica, daí os temas aqui propostos:

* Faculdades Integradas São Judas Tadeu, Canoas/ RS – Brasil, rogeriofoschiera@bol.com.br
SABERES, Natal – RN, v. 1, n.2, maio 2009

antropologia filosófica, ontologia moral, identidade, avaliações fortes, sentimentos morais, configurações morais, *self* expressivo e ideal moral.

Em termos de práticas educativas, isso remete a novas ou renovadas posturas no âmbito familiar, escolar e social. Uma nova leitura de si mesmo e uma nova postura na atividade educativa. Quem educa o humano é o humano. Só o humano constrói o humano. Um ideal a ser articulado e construído em meio a uma cultura marcada por perspectivas contrárias àquela que Taylor defende.

2 A ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA COMO ELEMENTO INTEGRADOR

A noção tayloriana de autenticidade possui uma perspectiva ontológica que merece atenção pela força conceitual que isso pode ter para a educação, especialmente a de orientação cristã. No centro da reflexão de Charles Taylor está a noção de *human agency* (agir humano), ou, seu equivalente, a de *embodied agency* (agir encarnado). Trata-se da imagem do agir humano como práxis intencional necessariamente encarnada em um corpo. A dimensão corpórea marca a antropologia tayloriana e garante que não seja uma antropologia idealista nem racionalista. Isso é fundamental para embasarmos filosoficamente a educação para a autenticidade. O corpo é um espaço de subjetividade, de individualidade e de ética.

O interesse de Taylor pela antropologia filosófica é abertamente reconhecido pelo próprio autor dos volumes de *Philosophical papers*. Taylor se expressa assim:

Despite the appearance of variety in the papers published in this collection, they are the work of a monomaniac; or perhaps better, what Isaiah Berlin has called a hedgehog. If not a single idea, then at least a single rather tightly related agenda underlies all of them. If one had to find a name for where this agenda falls in the geography of philosophical domains, the term “philosophical anthropology” would perhaps be best, although this term seems to make English-speaking philosophers uneasy. (TAYLOR, 1985a e 1985b, p. 01).

A intuição de fundo que está na base da prospectiva antropológica tayloriana é que o homem é um ser ao qual o mundo se apresenta já carregado de significado, de diferentes

qualidades intrínsecas diante das quais é chamado a articular um profundo senso moral. O humano é ação, é corpo, é relação, é significante, é ético. Ou seja:

To be a full human agent, to be a person or a self in the ordinary meaning, is to exist in a space defined by distinctions of worth. A self is a being for whom certain questions of categoric value have arisen, and received at least partial answers. Perhaps these have been given authoritatively by the culture more than they have been elaborated in the deliberation of the person concerned, but they are his in the sense that they are incorporated into his self-understanding, in some degree and fashion. My claim is that this is not just a contingent fact about human agents, but is essential to what we would understand and recognize as full, normal human agency. (TAYLOR, 1985 a e 1985b, p. 03).

A antropologia filosófica de Taylor é essencialmente uma filosofia moral e não apenas no sentido genérico de que toda antropologia filosófica acaba por veicular uma componente normativa. A ligação é absolutamente constitutiva, já que Taylor não separa questões morais e questões de identidade. O ser humano normal é um ser ético, situado num espaço dialógico, portador de distinções valorativas e capaz de aprender a distinguir o certo do errado, o bem do mal. A educação tem aí uma referência antropológica e um compromisso. Na perspectiva tayloriana o sujeito moral não cessa nunca de ser aquele agente humano encarnado, isto é, o ser que cresce fisicamente e que vai conhecendo seu próprio corpo também vai crescendo moralmente e aprendendo fazer distinções valorativas. Em Taylor há uma valorização dos sentimentos morais, das emoções que acompanham necessariamente as avaliações fortes dos indivíduos. Para a educação é fundamental considerarmos os sentimentos morais e as avaliações fortes. Taylor nos oferece uma boa antropologia e com ela podemos fazer uma boa educação.

Segundo COSTA (2001) a antropologia filosófica de Taylor é constitutivamente interpretativa e comparativa; não alcança nunca um ponto de vista objetivo, “absoluto”, no próprio objeto de estudo e se limita a oferecer melhores relatos (*best accounts*) daquilo que existe de articulável na experiência moral dos indivíduos que submete às interrogações. Não pode, portanto, ser idealista. As noções fundamentais da antropologia filosófica tayloriana são: avaliações fortes e fracas, quadros de referência indubitáveis, articulações e *self*, ou do agente humano enquanto portador de uma identidade, de um determinado tipo de orientação no espaço moral. Segundo Costa, diante da pergunta “que coisa é um homem?”, Taylor

antepõe outra, “que coisa somos nós?” ou, “que coisa é o *self*?”. Ele está convicto de poder voltar a pensar de modo adequado, a unidade e a variedade do homem.

As questões que serão tratadas a seguir vão clareando a perspectiva antropológica tayloriana. Primeiramente, a ontologia e sua natureza moral.

3 O HUMANO COMO ONTOLOGICAMENTE MORAL

Em *Sources of the self* o filósofo canadense fala especificamente de uma ontologia moral ou humana, caracterizando a condição transcendental da experiência moral. Não se trata apenas de uma descrição fenomenológica, mas uma exploração dos limites do concebível na vida humana, uma descrição de suas condições transcendentais. Educar para a ética significa, na linguagem tayloriana, dar voz ao autenticamente humano. O humano, em Taylor, é ontologicamente moral, não se pode conceber o humano fora desse espaço valorativo, trata-se de um limite do concebível para a vida humana. Portanto, educar é também limitar, é oferecer contornos de identidade subjetivados e situados nos espaços da corporeidade, da dialogicidade e da moralidade.

Segundo Taylor, questões como o respeito à vida, à integridade, ao bem-estar e à prosperidade dos outros são exigências sentidas como morais em todas as sociedades humanas, “são intuições morais incomumente profundas, potentes e universais” (TAYLOR, 1997, p. 17), como que arraigadas no instinto e, em contraste com outras reações morais provindas da educação, parece haver uma compunção natural, inata. “A cultura e a criação podem ajudar a definir as fronteiras dos *outros* relevantes, mas não parecem criar a reação básica em si.” (TAYLOR, 1997, p. 17).

Por isso, para Taylor, as reações morais têm duas facetas: “de um lado são quase como instintos, comparáveis ao amor por doces, [...] do outro, parecem envolver afirmações, implícitas ou explícitas, sobre a natureza e condição dos seres humanos.” (TAYLOR, 1997, p. 17). Na segunda temos a aceitação ou a afirmação de uma ontologia do humano. Taylor considera cômodo e tentador contentar-se com a perspectiva da consciência naturalista moderna, que destaca apenas as reações morais instintivas e considera a ontologia que lhe confere articulação racional um mero palavreado, como coisas sem sentido de uma época que passou.

Taylor diz que essa divisão tão nítida não pode ser mantida. Comparando o gosto pelos doces ou a náusea por certos odores com as escolhas morais, vê que parece não haver outro critério para um conceito do nauseante além das reações; já na resposta vinculada a um objeto apropriado, a reação seria apenas bruta. As reações morais têm esses dois lados: “não são apenas sentimentos *viscerais*, mas também reconhecimentos implícitos de enunciados concernentes a seus objetos”. (TAYLOR, 1997, p. 20).

A educação humana está sempre inserida num espaço onde pode contar com sentimentos viscerais, mas que, principalmente, deverá lidar com distinções valorativas, com configurações morais e com posturas éticas que se articulam em cada indivíduo e em cada cultura. Essas questões precisam ser tematizadas, questionadas e sempre de novo articuladas. No âmbito da família entra em questão a articulação dos pais, no âmbito escolar a articulação dos professores e das instituições e no âmbito social as articulações culturais e estatais. Essas instâncias são as proponentes do discurso e das articulações. E nisso a infância e a juventude são, em primeiro lugar, sintoma da realidade familiar, escolar e social.

Para o filósofo canadense, as várias explicações ontológicas atribuem predicados aos seres humanos que parecem análogas aos predicados teóricos das ciências naturais. Em Platão, por exemplo, a explicação ontológica que está na base da moralidade era idêntica a sua teoria *científica* do universo. Contudo, as explicações ontológicas têm o estatuto de articulações dos instintos morais. Elas articulam as afirmações implícitas nas reações. Existe, portanto, uma objetividade moral. Contudo, essa objetividade não é a mesma das ciências naturais a partir do século XVII, baseadas na neutralidade. A introvisão moral requer que se neutralizem algumas reações, mas não se trata de prescindir por inteiro das reações. O paradigma científico moderno não pode ser utilizado para estabelecer a ética. O humano autêntico não pode ser objetivado, ele sempre está implicado e por isso nunca temos um discurso absoluto ou definitivo, mas sempre estamos em busca de uma melhor descrição.

O alvo de Taylor é a ontologia moral, ou o pano de fundo que articula as intuições morais e espirituais modernas. Ele constata que os fundamentos morais, quer sejam teístas ou seculares, tendem a manter-se inexplorados. Inclusive pode haver resistência para sua exploração devido à “falta de adequação entre o que as pessoas acreditam, por assim dizer, oficial e conscientemente, [...] e aquilo de que precisam para dotar de sentido algumas de suas reações morais” (TAYLOR, 1997, p. 23) - isto é, articular aquilo que torna essas respostas apropriadas. E Taylor aprofunda assim essa supressão:

Há, a meu ver, uma supressão motivada da ontologia moral entre os contemporâneos, em parte porque a natureza pluralista da sociedade moderna torna mais fácil viver dessa maneira, mas também por causa do grande peso da epistemologia moderna [...] e da perspectiva espiritual associada a essa epistemologia. [...] uma terceira razão: a natureza indefinida, tateante, incerta de muitas das crenças morais. [...] A maioria ainda está no processo de procurar respostas para isso. Temos aí, como tentarei argumentar a seguir, uma condição essencialmente moderna. (TAYLOR, 1997, p. 23-24).

Educar para a autenticidade é também dar voz à ontologia moral constitutiva da família, da escola e da sociedade. E nisso poder ver suas contradições implícitas e, mais ainda, estar disposto a mudar e alinhar o que se acredita ou se deseja, com as práticas constitutivas.

Taylor se mostra inabalável na convicção de que a experiência moral dos indivíduos seja algo de último, diante da qual não se pode recuar. Ela representa de fato, aos seus olhos, uma unidade com o agir, com o orientar-se em um mundo que é desde o princípio um mundo humano, social, rico de diferenças carregadas de um significado essencial para o indivíduo agente. Para o filósofo canadense, não é possível cindir determinado quadro de referência teórico da imagem do homem que ela veicula. Ou seja:

The connection between a given framework of explanation and a certain notion of the schedule of needs, wants, and purposes which seems to mediate the inference to value theory is not fortuitous. [...] For a given framework is linked to a given conception of the schedule of human needs, wants, and purposes, such that, if the schedule turns out to have been mistaken in some significant way, the framework itself cannot be maintained. [...] A conception of human needs thus enters into a given political theory, and cannot be considered something extraneous which we later add to the framework to yield a set of value judgments. (TAYLOR, 1985b, p. 74-75).

Segundo COSTA (2001), a prospectiva filosófico-antropológica de Taylor se move na direção da definição, a partir de um específico interrogativo histórico, relativo a uma identidade cultural, de um núcleo unitário profundo da experiência moral dos indivíduos cuja existência é a condição necessária para a realização da potencialidade inexpressa do gênero humano.

Dar voz às intuições morais e espirituais que constituem o ser humano é tarefa educativa primordial, ou seja, é a própria essência do fazer educativo. Trata-se de permitir que a voz do humano que está desde sempre em cada um encontre expressão na linguagem e no agir. E no momento em que se submetem anseios e desejos à linguagem, abrem-se os mais profundos questionamentos. Abrem-se possibilidades, mas também se estabelecem limitadores. Educar, portanto, é colocar o humano em questão, o humano que está nos pais, nos professores e na sociedade e que esses querem que esteja nas crianças e nos jovens. Com isso, quem mais se educa é sempre quem propõe a educação do outro. A identidade cultural e individual de cada um sempre estará em questão.

4 A IDENTIDADE CONECTADA COM O ESPAÇO ÉTICO

A preocupação com a formação de uma identidade pessoal sadia é central para a educação contemporânea. Uma preocupação carregada de ambigüidades, pois, muitas vezes, leva ao esquecimento das exigências para além do eu, o que, em termos taylorianos, está totalmente equivocado. O que Taylor entende por *identidade*? Para Taylor trata-se de *quem somos e de onde viemos*. “Constituye el trasfondo en el que nuestros gustos y deseos, y opiniones y aspiraciones, cobran sentido”. (TAYLOR, 1994, p. 69).

Conforme o filósofo canadense, “a algunas personas esto podría parecerles una limitación, de la que uno podría aspirar a liberarse”. (TAYLOR, 1994, p. 70). Mas, o que ele quer deixar claro é o traço dialógico da condição humana e as exigências inerentes ao ideal da autenticidade. Ao mesmo tempo, quer mostrar que as formas mais egocêntricas e *narcisistas* da cultura contemporânea são manifestações inadequadas. Ele afirma:

Más en particular, quiero mostrar que las formas que optan por la autorrealización sin considerar (a) las exigencias de nuestros lazos con los demás o (b) las exigencias de cualquier tipo que emanan de algo que está más allá o fuera de los deseos o aspiraciones humanas son contraproducentes, destruyen las condiciones para realizar la autenticidad misma. (TAYLOR, 1994, p. 71).

Ter uma identidade, para Taylor, significa saber onde se está, onde cada um se situa em relação ao próprio horizonte moral de referência. Para ele, um homem sabe quem é quando sabe que coisa fazer em uma determinada situação, por que reconhece aquilo que é importante para ele e o que não é. Só existe uma identidade enquanto se é autor e portador de avaliações fortes, enquanto se discrimina de maneira mais ou menos reflexiva e autoconsciente entre aquilo que é bem e aquilo que é mal, entre o que é torpe e o que não é, entre o que é virtuoso e o que não é. Assim Taylor resume os termos da questão:

Il tipo d'identità che è davvero cruciale per avere un coerente senso dei sé (a coherent sense of self) è un'identità che ci connette a uno spazio etico. Avere un'identità significa sapere 'da dove si viene' quando sono in gioco questioni di valore, o questioni di rilevanza (importance). La propria identità definisce lo sfondo grazie al quale si sa dove ci si colloca rispetto a tali questioni. Quando esso viene messo in discussione o diviene incerto non si sa come reagire e ciò equivale a cessare di sapere chi si è in quest'ultimo specifico senso. Una volta stabilito tutto ciò, si possono avanzare le seguenti tesi: gli esseri umani possiedono sempre un senso di sé, in questo senso, che si situano da qualche parte in uno spazio etico. Il loro senso di chi essi sono è definito in parte da un'identificazione di quali sono le questioni o i criteri o i beni o le richieste davvero importanti; e, in connessione a ciò, da un senso di dove essi si situano rispetto a questi o a che altezza sono rispetto a essi o entrambe le cose. (TAYLOR *Apud* COSTA, 2001, p. 117).

Conforme COSTA (2001), a identidade individual, em Taylor, é necessariamente uma identidade moral, uma modalidade de orientação no espaço ético que pode ser compreendida apenas intrinsecamente, ou seja, a partir do tipo de valoração, das tomadas de posição moral que pressupõe. Obviamente, se o “sentido de si” pode ser definido como uma propriedade universal dos homens, os conceitos específicos, as visões de si mesmo enquanto indivíduos são necessariamente plurais: a identidade, como a auto-interpretação dos indivíduos, é constitutivamente diversa e múltipla, como múltiplas e diferentes são os mapas morais, as topografias morais. Por sua vez, a posse de uma identidade pressupõe a existência de uma rede de interlocuções, de um “espaço público”, no qual a significação deste universo de diferenças de valores possa encontrar uma adequada radicação. E isto é possível apenas em uma realidade que não seja apenas particular ou idiossincrática.

Os indivíduos necessitam de um espaço social de reconhecimento e mais do que nunca, sabe-se o quanto cabe uma valorização das qualidades e potencialidades para que crianças e adolescentes se possam formar positivamente. Cabe também propor-lhes horizontes

de significação que os transcenda e que possibilite a cada um situar-se no mundo da linguagem, do humano, do ecológico, do social, do político... O “narrativo” da noção tayloriana de identidade pessoal convoca os mediadores educacionais para dupla responsabilidade: apresentar o humano aos humanos em formação, e dar voz a quem só se constitui na expressão de si.

Penso em identidade individual, bem como em identidade familiar, escolar e social. Como cada família se define, como cada escola se define e como cada cultura se define? Mas essa não é uma pergunta retórica nem teórica, trata-se de perguntar pelos próprios horizontes de significado, pelos próprios mapas morais e pelos bens que realmente importam. Avanço, pois, para a questão das avaliações fortes.

5 AVALIAÇÕES FORTES: CONDIÇÕES TRANSCENDENTAIS DO EXISTIR HUMANO

Propor à pessoa humana questões éticas, em termos taylorianos, é dar-lhe a chance de ser autenticamente humano. Uma das teses antropológicas principais de Taylor é a de que o homem é um “avaliador forte” (*strong evaluator*), um ser que não apenas pode discriminar reflexivamente entre os próprios desejos de base, mas fazê-lo, por necessidade, orientando-se por diferenças intrínsecas de valores e defendendo com isso a própria identidade pessoal. Harry Frankfurt afirma:

Human beings are not alone in having desires and motives, or in making choices. They share these things with members of certain other species, some of which even appear to engage in deliberation and to make decisions based on prior thought. It seems to be peculiarly characteristic of humans, however, that they are able to form ... second order desires... (FRANKFOURT *Apud* TAYLOR, 1985a, p. 15).

E ainda: “no animal other than man [...] appears to have the capacity for reflective self-evaluation that is manifested in the formation of second-order desires”. (FRANKFOURT *Apud* TAYLOR, 1985a, p. 16).

Segundo Taylor, no primeiro caso que chama de avaliação fraca, a preocupação é com resultados; no segundo, avaliação forte, com a qualidade da motivação. Taylor interpreta com base em “avaliações” a capacidade toda humana de discriminar reflexivamente entre os próprios desejos; simplesmente ele propõe distinguir entre avaliações fracas, que seriam exclusivamente interessantes para o êxito de tais discriminações, e avaliações fortes, que dependem da qualidade da motivação. Ou seja:

In weak evaluation, for something to be judged good it is sufficient that it be desired, whereas in strong evaluation there is also a use of ‘good’ or some other evaluative term for which being desired is not sufficient. (TAYLOR, 1985a, p. 18).

Em Taylor, essa orientação moral fundamental é essencial para ser um interlocutor humano capaz de responder por si mesmo. Falar de orientação é pressupor um análogo espacial dentro do qual está o caminho. Ela só representa o papel de orientar, de proporcionar a estrutura na qual as coisas têm sentido. A orientação no espaço não é a resposta a uma questão artificial e dispensável. A questão pertence à classe das perguntas incontornáveis, isto é, faz parte de o agir humano existir num espaço de indagações sobre bens sujeitos a avaliações fortes, anterior a qualquer escolha ou mudança cultural adventícia. A pessoa desprovida por inteiro de configurações estaria fora do espaço de interlocução; ela não teria uma posição no espaço em que todos estão. Isso seria julgado patológico.

Para Taylor, a pessoa que decide não aceitar as configurações tradicionais que distinguem entre fins superiores e inferiores, mas que prefere fazer cálculos racionais acerca da felicidade constitui-se no ideólogo utilitarista que vive num horizonte moral que não pode ser explicado por sua própria teoria moral. Em termos taylorianos, não se trata apenas de uma explicação fenomenológica como o naturalismo poderia protestar, mas se trata de um exame dos limites do concebível na vida humana, uma explicação de suas *condições transcendentais*.

Em termos de educação é necessário pensar quais são as condições transcendentais do sujeito, da família, da escola e da sociedade? Colocar esse tipo de questão significa uma luta contra a ideologia hoje dominante que não admite avaliações fortes, uma luta contra as formas degradadas de autenticidade e uma construção do ideal da autenticidade.

Segundo Costa, é propriamente a referência à qualidade da motivação que representa o verdadeiro ponto de decisão. Um avaliador forte, de fato, está interessado no valor

qualitativo (*qualitative worth*) dos diferentes desejos e não na sua instrumentalização pelo prazer que possa trazer. Nas palavras de Costa:

L'essere umano non si limita, infatti, a favorire strategicamente alcuni desideri rispetto ad altri, ma per l'appunto, li identifica e li organizza gerarchicamente alla luce di coppie di predicate antinomiche come buono/cattivo, elevato/infimo, disdicevole/commendevole ecc., e con tali discriminazioni determina anche quale tipo di persona sia o aspiri a essere. (COSTA, 2001, p. 123).

Conforme o próprio Taylor: “we are reflecting about our desires in terms of the kind of being we are in having them or carrying them out” (TAYLOR, 1985a, p. 26). Diferente de simplesmente escolher alternativas, a avaliação forte se move num universo moral articulado segundo diferenças qualitativas que não estão fixadas de uma vez por todas na sua forma atual.

Segundo Costa, Taylor faz constante referência a uma capacidade de avaliações fortes (*capacity for strong evaluation*) e como ela é essencial para a sua noção de sujeito humano, sem a qual o sujeito humano não teria um tipo de profundidade essencial para a humanidade. Costa diz:

L'uomo, in quanto valutatore forte, vive di necessità in un universo morale articolato secondo differenze di valore intrinseche. Ma tale articolatezza del mondo morale degli uomini non è tanto il prodotto diretto della loro attività deliberativa quanto, piuttosto, lo sfondo ineludibile contro cui tutti gli individui necessariamente si collocano. Agli uomini non è concesso, come avrebbe voluto Nietzsche, di creare liberamente i propri valori o, come pensava Sartre, di compiere delle scelte radicali che al contempo dischiudono e risolvono da sé dei dilemmi morali. Al contrario, secondo Taylor, gli uomini sperimentano l'esistenza di dilemmi morali perché sono ab origine situati in uno spazio contrassegnato da differenze di valore, articolato secondo un alto e un basso morale, tra bene e male, nobile e disonorevole, virtuoso e spregevole. (COSTA, 2001, p. 124).

Como disse Taylor:

Our evaluations are not chosen. On the contrary they are articulations of our sense of what is worthy, or higher, or more integrated, or more fulfilling, and so on. But as articulations, they offer another purchase for the concept of responsibility. (TAYLOR, 1985a, p. 35).

É fundamental que os educadores se autorizem a perceber que o ato de valorar no sentido forte, ou seja, de discriminar entre opções qualitativamente diversas, dotadas de menor ou maior valor é um exercício que o ser humano faz desde sempre enquanto humano. Trata-se de um exercício que não tem fim. Essa articulação de um horizonte de significado se apresenta desde a originária experiência afetiva do mundo até as mais elaboradas e racionais posturas ou teorias explicativas do viver humano. Portanto, colocar-se e colocar aos alunos questões éticas é viabilizar e libertar o autenticamente humano e não, como querem fazer pensar alguns, reprimir o humano.

O sujeito tayloriano não é um sujeito desencanado, é um sujeito ao qual as coisas desde o princípio se apresentam como não neutras, como ricas de significado, como intencionais. Enquanto avaliador forte, o homem não está empenhado na criação do nada do próprio universo moral, como se este representasse um produto exclusivo de sua atividade de deliberação. Na realidade, a capacidade e a necessidade do homem de formular avaliações fortes são o correlato natural e a condição de existência dos quadros de referência morais iniludíveis que, para Taylor, representam a componente essencial da identidade: *our identity is defined by our fundamental evaluations*. (TAYLOR, 1985a, p. 34)

No capítulo quarto da primeira parte de *As fontes do self* Taylor aprofunda a questão das *fontes morais* a partir da pergunta: *qual o sentido da articulação do bem?* Para existirem, os bens de tipo moral necessitam de alguma articulação, eles só se tornam disponíveis em alguma cultura, quando são expressos. Não que a articulação seja suficiente para haver adesão, mas é condição necessária. Para o autor, *articulação* tem um sentido amplo e abrangente, incluindo outros tipos de linguagem, além da prosa. Mas, a busca de uma articulação em linguagem descritiva, advém do fato de o homem não ser pleno até poder dizer o que o move e em torno do que se constrói sua vida. Além disso, a articulação pode aproximá-lo mais do bem como fonte moral e pode conferir-lhe poder.

Taylor também retoma alguns conceitos fundamentais. Bem forte: “o que quer que seja selecionado como incomparavelmente superior numa distinção qualitativa” (TAYLOR, 1997, p. 127). Bem: “qualquer coisa considerada valiosa, digna, admirável, de qualquer tipo

ou categoria [...] aquilo cujo amor nos move à boa ação” (TAYLOR, 1997, p. 127). Bem constitutivo:

[...] é uma fonte moral, [...] é algo cujo amor nos capacita a fazer o bem e a ser bons. [...] O bem constitutivo não se restringe a definir o conteúdo da teoria moral. O amor dele é o que nos capacita a ser bom. Em consequência, também amá-lo é parte daquilo que é ser um bom ser humano. (TAYLOR, 1997, p. 129).

A partir de Taylor, a prática educativa deve colocar questões relacionadas com o Bem e com as Fontes Morais. Cada ser humano necessita elaborar sua própria articulação. Teístas ou seculares, as fontes morais são uma demanda recorrente do ser que por ser humano é um avaliador forte. O diálogo é a única forma de mantermos um profundo respeito pelas diferenças pessoais e culturais, típicas da modernidade. Isso significa que nenhuma fonte moral pode ser imposta, ela precisa ser decorrente do diálogo e da livre escolha. Contudo, outro erro, hoje muito presente, é o de ignorarmos essa discussão e com isso tratarmos o ser humano instrumentalmente. E o ponto de partida da convicção de Taylor sobre a necessária avaliação forte está nos sentimentos morais.

REFERÊNCIAS

COSTA, Paolo. Modernità e transcendenza. *Paradigmi. Revista di critica filosofica*. Schena editore, Anno XVIII, n. 54, nuova serie, p. 601-617, set/dic 2000. p. 616-617.

_____. *Verso un'ontologia dell'umano: Antropologia filosofica e filosofia politica in Charles Taylor*. Milano: Edizioni Unicopli, 2001. 255p.

TAYLOR, Charles. *HEGEL*. Cambridge, EUA: Cambridge University Press, 1975. 580p.

_____. *Human agency and language: Philosophical papers I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985a. 294p.

_____. *Philosophy and the human sciences: Philosophical papers II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b. 340p.

_____. *La ética de la autenticidad*. Barcelona: Paidós, 1994. 146p.

_____. *As fontes do self: A construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997. 670p.

_____. A catholic modernity? In: HELFT, James L. *A católic modernity. Charles Taylor's marianist award lecture*. Oxford University Press, 1999. 130p.

_____. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000. 311p.

_____. *Varieties of Religion Today: William James Revisited*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2003. 127p.

_____. *Modern social imaginaries*. Durham and London: Duke university press, 2004. 215p.

_____. *Hegel e a Sociedade moderna*. São Paulo: Loyola, 2005. 210p.

_____. *A secular age*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007. 874p.